

Governo discute como baixar preço dos alimentos

Há otimismo de que situação melhore com boa safra

Por Gabriela Gallo

Nesta quinta-feira (6) os ministros Paulo Teixeira (Desenvolvimento Agrário), Carlos Fávaro (Agricultura), o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, além de outros representantes da equipe econômica do governo federal, se encontram para tratar de medidas que reduzam os preços dos alimentos. O encontro está marcado para as 16h e será coordenado pelo vice-presidente e ministro de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (PSB), no Palácio do Planalto. Ainda não foi confirmada a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A proposta do primeiro encontro pós-carnaval é que o vice-presidente avalie as propostas que foram apresentadas na semana anterior por setores da área, como produtores rurais e supermercados, para reduzir os valores dos alimentos. Após a análise técnica do Ministério da Indústria e demais representantes, ocorrerá outra reunião com o presidente Lula e sua equipe nos próximos dias para definir quais medidas podem ser adotadas para conter a alta dos preços.

O aumento no preço dos alimentos é um dos principais motivos na queda da popularidade do governo Lula 3, que registrou rejeição histórica. Visando as eleições presidenciais de 2026, o poder Executivo tem pressa para tentar reduzir os valores de produtos nos supermercados o quanto antes.

PT domina núcleo palaciano, mas até PL já teve vez com Lula

A escolha de Gleisi Hoffmann para ser a nova articuladora política segue um histórico de manutenção do PT no núcleo do governo, comandando postos-chave. Mas a evolução dos feudos partidários nas três gestões de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006, 2007-2010 e 2023 em diante) mostra que vários deles, até o hoje opositor PL, têm ou já tiveram seus espaços.

Em uma escalada ascendente, hoje os ministros de outras legendas e sem vinculação partidária somam mais da metade dos filiados ao PT, em um placar de 26 a 11.

Por ora, a reforma ministerial de Lula tem se concentrado em trocas "caseiras", em peças do próprio PT ou ligadas ao partido.

Paulo Pimenta (Secretaria de Comunicação), do PT, cedeu a vaga ao publicitário Sidônio Palmeira em janeiro. Nísia Trindade (Saúde), sem filiação, mas ligada ao partido, foi trocada por Alexandre Padilha (PT), até então o responsável pela articulação política. Na sua vaga, entra agora a presidente do PT.

Em seu primeiro mandato, Lula iniciou o governo só com o PT e partidos de esquerda, além de alguns ministros e figuras importantes sem vinculação partidária, entre eles o banqueiro e ex-tucano Henrique Meirelles no Banco Central (o BC à época não tinha status de ministério).



Inflação dos alimentos bateu mais de 8% em 2024, segundo o IBGE

Dados

De acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a inflação de alimentos em domicílio registrou 8,23% em 2024. A elevação dos preços foi um dos motivos da inflação, registrada em 4,83% em 20203, ter ficado acima da meta do Banco Central (BC), que estava em 3% com limite de 4,5%.

Apesar disso, a equipe do governo federal está na expectativa da redução dos preços dos alimentos nas próximas semanas. Isso porque, a partir de março, ocorrerá a colheita da nova safra agrícola, o que deve resultar em uma queda sustentável no preço dos alimentos. A expectativa para 2025 é positiva, com a possibilidade de safra recorde no Plano Safra e a queda do dólar.

De acordo com o terceiro Prognóstico para a Produção Agrícola, divulgado pelo IBGE em janeiro, a safra deve ser de 322,6 milhões de toneladas (o equivalente a um aumento de 10,2% em comparação ao desempenho de 2024, que registrou 29,9 milhões).

Medidas

Em conversas com a imprensa, o governo adiantou que não haverá nenhuma bala de prata para resolver a questão. Dentre as alternativas propostas, avalia reduzir o custo do crédito para a produção de itens da cesta básica dentro do novo Plano Safra, que será anunciado em julho deste ano. Além disso, o Executivo também estuda a possibilidade de diminuir o imposto de importação sobre alimentos que são mais caros no Brasil do que no exterior.

Em conversas com o governo, representantes do setor rural se posicionaram contra a ideia de estabelecer cotas de exportação para produtos como carne e soja, alegando que a medida prejudicaria a balança comercial e contribuiria para pressionar ainda mais o valor do dólar no mercado financeiro. Cotas de exportação são quando se impõem um limite no volume máximo de exportações permitidas de um determinado produto. Nos bastidores, a equipe econômica do governo disse que a possibilidade foi descartada.

O governo agora analisa quais medidas são viáveis e podem trazer impacto imediato no custo dos alimentos. A expectativa é que, após a reunião desta quinta-feira, sejam definidos os próximos passos para mitigar o problema e apresentar respostas à população.



José Alencar era filiado ao PL quando tornou-se vice

MDB

Só no início do segundo ano, em 2004, foi que Lula fez uma primeira reforma em seu ministério para ingresso de um partido que seguiria até Dilma Rousseff (2011-2016), além de estar aliado atualmente: o PMDB (hoje MDB).

Apesar da relação muitas vezes conturbada, o MDB foi nos dois primeiros governos Lula o aliado preferencial, só havendo um rompimento completo no período do impeachment de Dilma, que foi liderado por duas figuras centrais do partido, o então

presidente da Câmara, Eduardo Cunha (RJ), e o então vice-presidente, Michel Temer.

A aliança se explica pelo fato de o MDB ter sido a sigla de oposição ao regime militar e de, no início da gestão Lula 1, ser uma das maiores do Congresso. As outras duas potências da época, PSDB e PFL, eram arquirrivais do PT.

A evolução do feudo do MDB nas gestões Lula, porém, foi pontuada por algumas crises.

A aliança com o PT chegou a ser negociada ainda na transição de 2002, por José

Dirceu (PT), que viria a ser o todo-poderoso ministro da Casa Civil.

Por divergências internas nas duas siglas, Lula acabou desautorizando a aliança num primeiro momento.

Após o rompimento durante o impeachment e os governos Temer e Jair Bolsonaro, o MDB voltou a ser parceiro de Lula, em seu terceiro mandato.

Dessa vez, porém, divide o protagonismo com outras duas legendas de centro e de direita, União Brasil e PSD. Republicanos e PP completam a ala de centro-direita da gestão, controlando 11 ministérios.

PL

Dos grandes partidos de direita, só o PL de Bolsonaro não compõe, naturalmente, o governo Lula. Mas a sigla esteve nos dois primeiros mandatos, bem antes de Bolsonaro se filiar a ela.

Em Lula 1 e 2 e durante Dilma, o PL comandou a área de Transportes, além de ser, então, o partido do vice-presidente, José Alencar. A sigla foi alvo da chamada "faxina ética" da petista em 2011, com a demissão de Alfredo Nascimento da pasta, mas continuou dando as cartas. Hoje, o ministério dos Transportes está com o MDB (Renan Filho).

Ranier Bragon (Folhapress)

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Pedro França/Agência Senado



No X, críticas ao senador foram maiores

Oscar: Portinho diz ter recebido mais elogios

Aliado de Jair Bolsonaro, o senador Carlos Portinho (PL-RJ) afirma ter recebido "mais elogios" pelo post em redes sociais em que comemorou o Oscar para "Ainda estou aqui". Ao Correio Bastidores, ressaltou que a cultura é o seu "berço". Mas ontem, no seu perfil do X (ex-Twitter), havia 28 comentários críticos à postura e oito elogios.

Pessoas que não perdoaram o post do senador escreveram frases como "Tá de sacanagem?? Um filme que cubra a história de um guerrilheiro??", "Que vergonha comemorar filme lacrador e mentiroso", "Fale por si, filme com viés comunista, dirigido por comunista bilionário e interpretado por comunista", "Nojo, vergonha... um Óscar (sic) pago pela USAID (...)".

Erros

Alguns, porém, ressaltaram o que consideram uma vitória do Brasil. À coluna, Portinho disse que erra quem mistura "política com cultura". "Erram os mais extremados de direita, erram os artistas como a própria Fernanda Torres e o Walter Salles (diretor do filme)".

Concorrência

Eleito suplente em 2018, Portinho assumiu a cadeira com a morte do titular. Ele tenta garantir, no PL, o direito de disputar a renovação do mandato em 2026. A parada é dura: uma das vagas ao Senado será de Flávio Bolsonaro; o governador Claudio Castro quer a outra.

Lula Marques/Agência Brasil



Flávio Dino aceitou plano para liberar verbas

Oposição quer que governo pague emendas antigas

A oposição quer esperar pra ver os efeitos da decisão do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, que homologou o plano de trabalho encaminhado pelo Congresso e pelo governo para liberar boa parte das emendas parlamentares. Na avaliação desses parlamentares, não basta o plenário da corte referen-

dar a medida tomada por Dino para que o Congresso destrave a votação do Orçamento de 2025. Antes, o governo terá que pagar as emendas que foram retidas pelo freio de arrumação aplicado pelo próprio STF. Pelas contas de Arthur Lira (PP-AL), ex-presidente da Câmara, a pendura das emendas chega a R\$ 9 bilhões.

Pressa

Apesar de ter usado o orçamento como moeda de troca pela liberação de emendas — o que reforça a ideia de tabelinha entre Dino e Lula —, o Congresso quer fazer logo a votação. Afinal, sem orçamento aprovado, não há emendas ao orçamento — pois, como diriam os lusos.

Pela esquerda

Um deputado petista vê na ida de Gleisi Hoffmann para a articulação política e a eventual nomeação de Guilherme Boulos (Psol-SP) para o ministério como tentativas de Lula de marcar posições à esquerda. Ressalta que a direita tem sido firme na defesa de suas teses.

Greve do 6 X 1

De maneira sutil, o vereador carioca Rick Azevedo (Psol) começou a falar em greve no dia 2 de maio para forçar a aprovação da emenda constitucional que prevê o fim da escala de apenas uma folga a cada seis dias de trabalho. Em redes sociais, fala em "feriados prolongados".

Feriadão

O 1º de Maio cairá numa quinta-feira, o que facilitaria a paralisação. Em situações como essa, governos tendem a decretar ponto facultativo no dia útil entre feriado e fim de semana. A PEC contra a escala 6 X 1 foi apresentada pela deputada Érika Hilton (Psol-SP).